



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

A política de fixação de residência por investimento entrou em vigor em 1995. Para além do investimento por aquisição de imóveis, que foi suspenso em Abril de 2007 devido à reacção da sociedade, os outros dois tipos de investimento mantêm-se e, ao longo dos últimos vinte anos, os respectivos requisitos nunca sofreram ajustamentos, assim como não existem critérios claros para a avaliação dos candidatos, muito menos mecanismos de fiscalização transparentes, por isso, ao avaliar os pedidos, os serviços competentes só ponderam o cargo profissional, a formação académica, as habilitações profissionais, a experiência de trabalho e o montante do investimento, assim, a avaliação dos pedidos depende só da discricionariedade e a sociedade questiona se assim se pode atrair os habilitados e os investimentos para Macau.

Desta forma, as autoridades devem rever, quanto antes, os requisitos constantes do regime de fixação de residência para técnicos especializados e de investimentos relevantes, os quais se encontram já muito desactualizados, ou seja, devem ser adoptados critérios mais objectivos e um sistema de marcação de pontos, com vista a atrair os talentos que as sociedades pretendem, elevando assim a concorrência da cidade, aperfeiçoando a sua estrutura demográfica e evitando também situações de abuso desta política.

O que é preciso salientar é que, com a mudança da situação ao nível mundial e a exigência das respectivas sociedades, muitos países e regiões



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

estão a restringir a imigração e a fixação de nacionalidade e residência, por exemplo: em Singapura foi suspenso o Plano FIS e no Canadá também aconteceu a mesma coisa. Há dias, o Governo da RAEHK suspendeu o seu plano de imigração por investimento, que já funcionava há dez anos e, segundo ele, a causa da suspensão reside no facto de que a atracção dos investimentos financeiros já não é tão urgente como antes, e o governo local vai lançar medidas para atrair habilitados, profissionais e empresários para contribuir para a economia de Hong Kong.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo da RAEM já avaliou quais são os impactos resultantes das suspensões dos planos de imigração em muitos países e regiões, especialmente em Hong Kong? O Governo da RAEM deve suspender a recepção de pedidos de fixação de residência por investimentos relevantes, que servem principalmente para atrair o investimento de fundos, assim como pedidos dos quadros dirigentes e técnicos especializados, cuja definição carece de critérios claros. O Governo deve rever estes dois planos e os respectivos requisitos, bem como criar um sistema de marcação de pontos e um mecanismo de fiscalização transparente, e só após isto tudo é que pode atrair efectivamente os fundos e talentos de que a RAEM precisa. O Governo vai fazer isto?
2. Segundo a resposta do Governo às interpelações de deputados, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) está sempre a acompanhar as situações das outras regiões e a compará-las com a situação de Macau, sobretudo em termos de fixação de residência por



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

investimento e por contratação de quadros dirigentes e técnicos especializados. Com efeito, para além da suspensão da recepção de pedidos de fixação de residência por investimento, a política de imigração de Macau não sofre nenhuns ajustamentos há mais de vinte anos e já se encontra desactualizada. Ora, após as análises efectuadas, vai o Governo rever toda a política de imigração para dar resposta à mudança da sociedade?

29 de Janeiro de 2015

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Cheng I